

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM  
ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TERMOPERNAMBUCO S.A.**

**ENTRE**

**TERMOPERNAMBUCO S.A.**

*(Emissora)*

**NEOENERGIA S.A.**

*(Fiadora)*

**E**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

*(Agente Fiduciário)*

07 de novembro de 2013

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TERMOPERNAMBUCO S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

1. **TERMOPERNAMBUCO S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 78, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.795.050/0001-09, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");
2. **NEOENERGIA S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de fiadora ("Fiadora" ou "Neoenergia"); e
3. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas");

(doravante denominadas, conjuntamente, "Partes" e, individualmente, como "Parte")

RESOLVEM celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Termopernambuco S.A." ("Escritura"), de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das debêntures e a oferta pública de distribuição das debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta", respectivamente), serão realizadas com base nas deliberações tomadas em (i) reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 07 de novembro de 2013 ("RCA



da Emissora”); e (ii) reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 07 de novembro de 2013 (“RCA da Fiadora”).

## 2. REQUISITOS

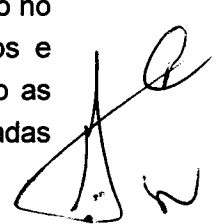
2.1. A emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em até três séries, para distribuição pública (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), pela Emissora, é feita com observância aos seguintes requisitos:

2.1.1. *Arquivamento e publicação de deliberações societárias.* A RCA da Emissora e a RCA da Fiadora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) e publicadas no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro” e no jornal “Valor Econômico”.

2.1.2. *Inscrição desta Escritura e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos pela Emissora, tempestivamente e às suas expensas, na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). A Emissora compromete-se a entregar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e seus aditamentos devidamente inscritos na JUCERJA em até 15 (quinze) Dias Úteis contatos da data de sua inscrição.

2.1.3. *Registro da Fiança.* Em virtude da Fiança (conforme abaixo definido) a que se refere a Cláusula 5.7.1. abaixo, a ser prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados pela Emissora, tempestivamente e às suas expensas, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Cartório de RTD”). A Emissora compromete-se a entregar ao Agente Fiduciário (i) 1 (uma) via original desta Escritura devidamente registrada no Cartório de RTD; e (ii) 1 (uma) via original dos respectivos aditamentos, devidamente registrados em referido cartório, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do seu registro.

2.1.4. *Registro para distribuição, negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



2.1.5. *Dispensa de Registro na CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento na CVM, exceto pelo envio de comunicação de encerramento da Oferta à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.

2.1.6. *Dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”).* Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

### 3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social: (a) estudar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, bem como prestar os serviços relacionados, os quais serão concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, atividades associadas ao serviço de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, podendo administrar sistemas de produção, transmissão ou comercialização de energia a gás, a vapor e água, pertencentes ao Estado, União ou Municípios, emprestar serviços técnicos de sua especialidade; (b) constituir subsidiárias, incorporar, participar ou representar outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, quaisquer que sejam seus objetos sociais; e (c) praticar todos e quaisquer dos demais atos necessários para a mais fiel e cabal realização de seu objetivo social.

### 4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures destinar-se-ão ao financiamento da aquisição, pela Emissora, de parte das ações representativas do capital social da Itapebi Geração de Energia S.A. (“Itapebi”) e o saldo remanescente será destinado para capital de giro da Emissora.

### 5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características:

5.1. Número da Emissão. As Debêntures representam a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.



5.2. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

5.3. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário").

5.4. Quantidade de Debêntures e Número de Séries. Serão emitidas até 80.000 (oitenta mil) Debêntures em até três séries, sendo que a existência das séries e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série serão definidas por meio do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido).

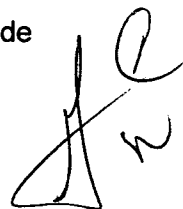
5.4.1. A alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes. Sendo assim, qualquer uma das séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única ou em apenas 2 (duas) séries.

5.4.2. O somatório das Debêntures da primeira série ("Debêntures da 1ª Série"), das Debêntures da segunda série ("Debêntures da 2ª Série") e/ou das Debêntures da terceira série ("Debêntures da 3ª Série") não poderá exceder R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), na Data de Emissão, bem como a quantidade de 80.000 (oitenta mil) Debêntures, sendo certo, ainda, que a quantidade de Debêntures da 3ª Série não será superior a 12.000 (doze mil) Debêntures.

5.4.3. Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da 1ª Série, às Debêntures da 2ª Série ou às Debêntures da 3ª Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da 1ª Série, às Debêntures da 2ª Série e às Debêntures da 3ª Série, em conjunto.

5.5. Forma, Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido adiante). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as debêntures custodiadas no CETIP21 o extrato em nome do Debenturista emitido pela CETIP.

5.6. Conversibilidade. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.



5.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, não gozando os Debenturistas de preferência em relação aos demais credores quirografários da Emissora, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantia fidejussória (fiança) da Fiadora, na forma do item abaixo.

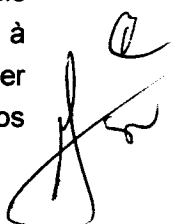
5.7.1. Fiança. A Fiadora, por esta Escritura, obriga-se e declara-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável, na forma do artigo 275 e seguintes, bem como do artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, e nos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), obrigando-se pelo pagamento integral do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração (conforme abaixo definido) e, se aplicável, dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), bem como de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais e medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário ("Valor Garantido" e "Fiança", respectivamente).

5.7.1.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.7.2. A Fiança é prestada pela Fiadora, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura.

5.7.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

5.7.4. A Fiança será paga pela Fiadora no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, os



montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, exceto em caso de recuperação judicial, decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, quando o valor será pago em 1 (um) Dia Útil da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. .

5.7.5. O pagamento citado na Cláusula 5.7.4 acima deverá ser realizado pela Fiadora fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

5.7.6. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora, por qualquer valor honrado pela Fiadora nos termos da Fiança, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

5.7.7. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

5.8. Colocação. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, que representam o valor de R\$ 800.000.0000,00 (oitocentos milhões de reais) prestada pelos Demais Coordenadores (conforme abaixo definido), de forma não-solidária, na proporção estipulada e nos termos do *"Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da 4ª Emissão da Termopernambuco S.A."* ("Contrato de Distribuição" e "Garantia Firme", respectivamente), com intermediação de uma instituição financeira, na qualidade de coordenador líder da Oferta ("Coordenador Líder"), bem como de outras instituições financeiras intermediárias integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Demais Coordenadores" e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores"), tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no artigo



109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Investidores Qualificados").

5.8.1. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, observado o disposto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.8.2. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

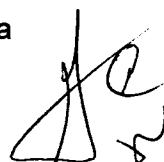
5.8.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

5.8.4. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, caso venha a ser contatada por potenciais investidores interessados na Oferta, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar de tal contato, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação a tais investidores neste período.

5.8.5. Não será (i) concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures; (ii) constituído fundo de sustentação de liquidez; (iii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures; ou (iv) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário no âmbito da Oferta, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, independentemente de ordem cronológica.

5.8.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

5.8.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outras, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.





5.8.8. Serão atendidos os clientes dos Coordenadores que sejam Investidores Qualificados e que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros Investidores Qualificados, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, desde que tais Investidores Qualificados atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

5.9. Procedimento de Bookbuilding. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding"), a ser realizado, pelos Coordenadores, com o acompanhamento pela Emissora, no âmbito da Oferta, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, de forma a definir a emissão de cada uma das séries da Emissão e, em sendo confirmada a emissão das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, para definir, de comum acordo com a Emissora: (i) a Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusula 5.16 abaixo), observado o disposto abaixo; e (ii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série.

5.9.1. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* e a alocação das Debêntures entre as séries serão ratificados por meio de aditamento a esta Escritura, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de nova aprovação societária pela Companhia e/ou pelos Debenturistas.

5.10. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2013 ("Data de Emissão").

5.11. Prazo e Data de vencimento

5.11.1. Data de vencimento das Debêntures da 1ª Série. As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado das Debêntures em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 1ª Série em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme abaixo definido), calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.11.2. Data de vencimento das Debêntures da 2ª Série. As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2019 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª").



Série”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado das Debêntures em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 2ª Série em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme abaixo definido), calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.11.3. Data de vencimento das Debêntures da 3ª Série. As Debêntures da 3ª Série terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2021 (“Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, “Datas de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado das Debêntures, em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 3ª Série em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme abaixo definido), calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.12. Subscrição. O preço de subscrição de cada uma das Debêntures (“Preço de Subscrição”) será o Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme abaixo definido na Cláusula 5.16), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização para as Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries.

5.13. Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional pelo seu Preço de Subscrição, de acordo com os procedimentos da CETIP, sendo a liquidação realizada através da CETIP.

5.14. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.14.1. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 2 (duas) parcelas, anuais e consecutivas, ao final dos 3º (terceiro) e 4º (quarto) anos a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2016 e a última na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, de acordo com a tabela abaixo:

<b>Data de Amortização</b>	<b>% do Valor Nom. Unit.</b>
15 de dezembro de 2016	50,00%
15 de dezembro de 2017	50,00%

5.14.2. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, ao final dos 4º (quarto), 5º (quinto) e 6º (sexto) anos a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2017, a segunda parcela devida em 15 de dezembro de 2018, e a terceira e última na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª série, de acordo com a tabela abaixo:

Data de Amortização	% do Valor Nom. Unit.
15 de dezembro de 2017	33,33%
15 de dezembro de 2018	33,33%
15 de dezembro de 2019	33,34%

5.14.3. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, ao final dos 7º (sétimo) e 8º (oitavo) anos a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2020 e a última na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª série, de acordo com a tabela abaixo:

Data de Amortização	% do Valor Nom. Unit. Atualizado
15 de dezembro de 2020	50,00%
15 de dezembro de 2021	50,00%

5.15. Atualização do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série não será atualizado monetariamente. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA/IBGE” e “Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série”, respectivamente), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série ou, conforme o caso, imediatamente após a primeira data de amortização das Debêntures da 3ª Série, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme a fórmula abaixo (“Valor Nominal Unitário Atualizado” e “Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado”, respectivamente):

$$VN_a = VN_b \times C$$

Onde:

$VN_a$  = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VN_b$  = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário (a) na Data de Emissão; ou (b) após incorporação da Remuneração das Debêntures da 3ª Série (conforme abaixo definido) ou Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, se houver, o que ocorrer por último, calculados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$C$  = Fator da variação acumulada do IPCA/IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

$k$  = número de ordem de  $NI_k$ , variando de 1 até  $n$ ;

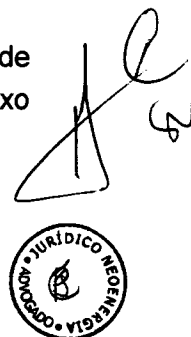
$n$  = número total de números índices considerados na atualização, sendo “ $n$ ” um número inteiro;

$NI_k$  = em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures da 3ª Série (conforme abaixo definido), atualização pelo valor do número índice do IPCA/IBGE referente ao mês anterior. Após a Data de Aniversário das Debêntures da 3ª Série (conforme abaixo definido), o valor do número-índice referente ao mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número índice do IPCA/IBGE referente ao mês anterior ao mês  $NI_k$ ;

$dup$  = número de Dias Úteis entre (i) a Data de Emissão, para o primeiro mês de atualização, ou (ii) a Data de Aniversário das Debêntures da 3ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, para os demais meses, e a data de cálculo, sendo “ $dup$ ” um número inteiro; e

$dut$  = número de Dias Úteis contidos entre (i) a Data de Emissão, para o primeiro mês de atualização, ou (ii) a Data de Aniversário das Debêntures da 3ª Série (conforme abaixo



definido) imediatamente anterior, para os demais meses, e a próxima Data de Aniversário das Debêntures da 3ª Série (conforme abaixo definido), sendo “*du*” um número inteiro.

Os fatores resultantes das expressões  $\left(\frac{\text{dup}}{\text{dut}}\right)$  são considerados com 9 (nove) casas

decimais, sem arredondamento e os resultantes das expressões  $\left(\frac{\text{NI}_k}{\text{NI}_{k-1}}\right)^{\frac{\text{dup}}{\text{dut}}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos.

**Observações:**

(i) considera-se a “Data de Aniversário das Debêntures da 3ª Série” o dia 15 de cada mês;

(ii) para a determinação dos valores de pagamento das amortizações, o fator “C” será calculado até a Data de Aniversário das Debêntures da 3ª Série no respectivo mês de pagamento.

5.15.2. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA/IBGE quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures da 3ª Série prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA/IBGE divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, por parte da Emissora e/ou dos Debenturistas titulares das Debêntures da 3ª Série, quando da divulgação posterior do IPCA.

5.15.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA/IBGE por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA/IBGE deverá ser substituído pelo seu substituto legal desde que tal substituto legal adote a unidade de coleta mais semelhante àquela do IPCA/IBGE.

5.15.4. No caso de inexistir substituto legal para o IPCA/IBGE ou caso tal substituto legal não adote a unidade de coleta mais semelhante àquela do IPCA/IBGE, nos termos do item 5.15.3. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 3ª Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. O índice a ser proposto pela Emissora deverá ser, preferencialmente, aquele que adotar a unidade de coleta mais semelhante àquela do IPCA/IBGE.



5.15.5. A Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 3ª Série que deliberará sobre a taxa substitutiva deverá ser convocada no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do último dia do período de ausência do IPCA/IBGE ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA/IBGE, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa produzida pelo último IPCA/IBGE divulgado.

5.15.6. Caso o IPCA/IBGE venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 3ª Série, a referida assembleia não será mais realizada e o IPCA/IBGE, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para a atualização monetária do Valor Nominal Unitário Atualizado desde o dia de sua indisponibilidade.

5.15.7. A taxa substitutiva deverá ser aprovada pela Emissora e por Debenturistas titulares das Debêntures da 3ª Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 3ª Série em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira ou segunda convocação.

5.15.8. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures da 3ª Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 3ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração das Debêntures da 3ª Série (conforme abaixo definido) devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou do Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, observado que, quando do cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série, será utilizado o percentual correspondente ao último IPCA/IBGE divulgado oficialmente.

#### 5.16. Remuneração das Debêntures

5.16.1. Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa a ser definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em



qualquer caso, limitada a 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano ("Taxa Máxima das Debêntures da 1ª Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da 1ª Série ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures da 1ª Série, obedecida a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator \text{ de Juros} - 1),$$

onde:

"J": valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série relativos a cada uma das Debêntures da 1ª Série, acumulados no período, devidos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe": Valor Nominal de cada uma das Debêntures da 1ª Série para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da 1ª Série não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

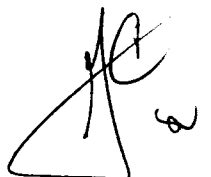
"Fator de Juros": Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator \text{ de Juros} = (FatorDI \times FatorSpread)$$

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, inclusive, até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator \text{ DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k);$$

onde:



"n": número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, sendo "n" um número inteiro; e

"TDI<sub>k</sub>": Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1;$$

onde:

"DI<sub>k</sub>": Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"Fator Spread": Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{sobretaxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right];$$

onde:

"sobretaxa": a ser definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, em qualquer caso limitada a 0,85000% (oitenta e cinco centésimos por cento); e

"DP": número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou o último evento de pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo 'DP' um número inteiro.

observado, ainda:

(A) "Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série": Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, ou na data prevista para pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, e termina na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª





Série. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série correspondente aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 1ª Série serão devidos semestralmente conforme disposto na Cláusula 5.16.1.5 abaixo;

(B) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;

(C) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(D) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

5.16.1.1. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 5.16.1.2., no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI por ocasião do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDIk", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades por parte da Emissora e/ou dos titulares das Debêntures da 1ª Série, quando houver divulgação posterior da Taxa DI.

5.16.1.2. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, automaticamente, em substituição à Taxa DI, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares às Debêntures da 1ª Série. Caso não haja uma taxa substituta para a Taxa DI, será utilizada a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, com prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias ("Taxa SELIC"). A apuração da Taxa SELIC será calculada pela Emissora e submetida, com a respectiva memória de cálculo, ao Agente Fiduciário, para que este convoque a Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série a fim de deliberarem sobre o cálculo.

5.16.1.3. Na impossibilidade de aplicação da Taxa SELIC ou caso a Taxa SELIC deixe de ser divulgada, deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário, em até 02 (dois) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série, a ser

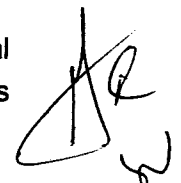


realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação dos respectivos editais de convocação, em primeira convocação, ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação dos respectivos editais de convocação, em segunda convocação, as quais terão como objeto a deliberação pelos Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures da 1ª Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª Série em circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série ou em outro prazo, a ser definido a exclusivo critério dos Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série na referida assembleia, desde que superior a 30 (trinta) dias, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série devidos até a data da efetiva aquisição, calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série, o que ocorrer por último. As Debêntures da 1ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa SELIC divulgada oficialmente.

5.16.1.4. Caso a Taxa DI ou a Taxa SELIC, conforme o caso, volte a ser divulgada antes da realização das Assembleias Gerais de Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série de que trata os itens 5.16.1.2. e 5.16.1.3 acima, referidas Assembleias Gerais de Debenturistas titulares das Debêntures da 1ª Série deverão estabelecer que a Taxa DI ou a Taxa SELIC, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI ou da Taxa SELIC, será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última Taxa DI ou Taxa SELIC divulgada.

5.16.1.5. Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série serão pagos semestralmente nos meses de junho e de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento no dia 15 de junho de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

5.16.2. Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das



Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa a ser definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitada a 1,00% (um inteiro por cento) ao ano ("Taxa Máxima das Debêntures da 2ª Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior até a respectiva data de pagamento das Debêntures da 2ª Série ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures da 2ª Série, obedecida a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator \text{ de Juros} - 1),$$

onde:

"J": valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série relativos a cada uma das Debêntures da 2ª Série, acumulados no período, devidos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe": Valor Nominal de cada uma das Debêntures da 2ª Série para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da 2ª Série não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator de Juros": Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator \text{ de Juros} = (FatorDI \times FatorSpread)$$

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, inclusive, até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k);$$

onde:

“n”: número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, sendo “n” um número inteiro; e

“TDI<sub>k</sub>”: Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1;$$

onde:

“DI<sub>k</sub>”: Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“Fator Spread”: Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Spread} = \left[ \left( \frac{\text{sobretaxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right];$$

onde:

“sobretaxa”: a ser definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, em qualquer caso limitada a 1,00000% (um por cento); e

“DP”: número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou o último evento de pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo ‘DP’ um número inteiro.

observado, ainda:

(A) “Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série”: Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de



Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na data prevista para pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série correspondente aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série serão devidos semestralmente conforme disposto na Cláusula 5.16.2.5. abaixo;

(B) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;

(C) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(D) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

5.16.2.1. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 5.16.2.2., no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI por ocasião do pagamento de qualquer obrigação *pecuniária* prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de " $TDI_k$ ", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série, quando houver divulgação posterior da Taxa DI.

5.16.2.2. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, automaticamente, em substituição à Taxa DI, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares às Debêntures. Caso não haja uma taxa substituta para a Taxa DI, será utilizada a Taxa SELIC. A apuração da Taxa SELIC será calculada pela Emissora e submetida, com a respectiva memória de cálculo, ao Agente Fiduciário, para que este convoque a Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série a fim de deliberarem sobre o cálculo.

5.16.2.3. Na impossibilidade de aplicação da Taxa SELIC ou caso a Taxa SELIC deixe de ser divulgada, deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário, em até 02 (dois)



Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação dos respectivos editais de convocação, em primeira convocação, ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação dos respectivos editais de convocação, em segunda convocação, as quais terão como objeto a deliberação pelos Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures da 2ª Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série ou em outro prazo, a ser definido a exclusivo critério dos Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série na referida assembleia, desde que superior a 30 (trinta) dias, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série devidos até a data da efetiva aquisição, calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, o que ocorrer por último. As Debêntures da 2ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa SELIC divulgada oficialmente.

5.16.2.4. Caso a Taxa DI ou a Taxa SELIC, conforme o caso, volte a ser divulgada antes da realização das Assembleias Gerais de Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série de que trata os itens 5.16.2.2 e 5.16.2.3. acima, referidas Assembleias Gerais de Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série deverão estabelecer que a Taxa DI ou a Taxa SELIC, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI ou da Taxa SELIC, será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última Taxa DI ou Taxa SELIC divulgada.

5.16.2.5. Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão pagos semestralmente nos meses de junho e de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento no dia 15 de junho de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.



5.16.2.6. A Fiadora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 5.15.3, 5.15.4, 5.16.1.2, 5.16.1.3, 5.16.2.1. e 5.16.2.2. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Fiadora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima, como o aditamento a presente Escritura.

5.16.3. Remuneração das Debêntures da 3ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) ao ano ("Taxa Máxima das Debêntures da 3ª Série") e, em conjunto com a Taxa Máxima das Debêntures da 1ª Série e a Taxa Máxima das Debêntures da 2ª Série, as "Taxas Máximas", base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescido exponencialmente à taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B com vencimento em 2022, que deverá ser a média aritmética das cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas no fechamento do 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 3ª Série") e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série, a "Remuneração das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, "Remuneração", calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento das Debêntures da 3ª Série, conforme abaixo definido, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula indicada no item 5.14. acima:

$$J = VNe \times (Fator \ de \ Juros - 1),$$

onde:

"J": valor da Remuneração das Debêntures da 3ª Série relativa a cada uma das Debêntures da 3ª Série, acumulada no período, devida ao final de cada Período de



Capitalização das Debêntures da 3ª Série (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe”: Valor Nominal de cada uma das Debêntures da 3ª Série para o primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da 3ª Série não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros”: Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right\}, \text{ onde:}$$

sobretaxa = a ser definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, em qualquer caso limitada a 1,10000% (um inteiro e cem centésimos por cento); e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou o último evento de pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo 'DP' um número inteiro.

“Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série”: Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, ou na data prevista para pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série. A Remuneração das Debêntures da 3ª Série correspondente aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série será devida anualmente conforme disposto na Cláusula 5.16.3.1. abaixo;

5.16.3.1. Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série. A Remuneração das Debêntures da 3ª Série será paga anualmente, sendo o primeiro pagamento no dia 15 de dezembro de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série.

5.17. Local de pagamento. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam





custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.18. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário. O banco liquidante e o escriturador mandatário da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

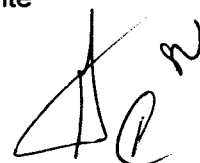
5.19. Aquisição facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao nominal, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação da respectiva série.

5.19.1. Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em Circulação", todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

5.20. Repactuação Programada. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.21. Resgate Antecipado. Não será permitido o resgate antecipado das Debêntures de forma compulsória pela Emissora.

5.22. Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas de uma mesma série, conforme o caso, igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):



- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 5.26. abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (i) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (ii) a forma de manifestação dos Debenturistas à Emissora que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (iii) se será total ou parcial; (iv) o eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo ("Prêmio de Resgate"); e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (ii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido, de forma escrita, à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Findo o prazo estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto do resgate;
- (iii) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da respectiva série devida até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos da Cláusula 5.16. acima, e de eventual Prêmio de Resgate; e
- (v) a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP e o Escriturador Mandatário sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de sua efetivação.

5.22.1. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

5.22.1.1. Caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser



resgatadas, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá operacionalizar o sorteio. Neste caso, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP serão adotados os procedimentos estabelecidos pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.22.2. Em caso de Resgate Antecipado das Debêntures, as Debêntures das respectivas Séries resgatadas deverão ser canceladas pela Emissora.

5.23. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura, adicionalmente ao pagamento da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a data de integralização da respectiva série ou a data de pagamento de Remuneração aplicável imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").

5.24. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária a ser cumprida por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional; e (ii) com relação a qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo.

5.25. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.24, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em atraso.



5.26. Publicidade. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet ([www.termope.com.br](http://www.termope.com.br)) sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal "Valor Econômico" informando aos Debenturistas sobre a sua substituição.

5.27. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.28. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem:

(a) Se para Emissora:

**Termopernambuco S.A.**

At.: Sr. Erik da Costa Breyer

Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Praia do Flamengo, 78 – 10º andar

22210-030 Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (55 21) 3235-9800

Fax: (55 21) 3235-9876

E-mail: [ri@termope.com.br](mailto:ri@termope.com.br)

(b) Se para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca

22640-102 – Rio de Janeiro/RJ



At.: Srs. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Marco Aurélio Ferreira  
Tel: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

(c) Se para o Escriturador Mandatário:

**Banco Bradesco S.A.**

At.: Sr. João Batista de Souza  
Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar  
Vila Yara, Osasco, SP - CEP: 06029-900  
Tel.: (55 11) 3684-7911  
Fax: (55 11) 3684-5646  
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br/4010.custodiarf@bradesco.com.br

Se para a Fiadora:

**Neoenergia S.A.**

At. Sr. Erik da Costa Breyer  
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
Praia do Flamengo, 78, 10º andar  
22210-030 Rio de Janeiro, RJ  
Telefone: (21) 3225-9800  
Fac-símile: (21) 3235-9876  
E-mail: ri@neoenergia.com

6. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado. Observado o disposto nos itens 6.2. e 6.3. abaixo, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora ou da Fiadora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas, prevista nesta Escritura, não sanado em 2 (dois) Dias Úteis contados da data da inadimplência;



- b. (i) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora; (iv) se a Emissora e/ou a Fiadora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) liquidação ou dissolução da Emissora e/ou da Fiadora;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Fiadora em valor (i) individual superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a Emissora e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Fiadora ou (ii) agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Emissora e Fiadora, separadamente, corrigidos a cada 12 (doze) meses contados da Data de Emissão conforme cláusula 6.5. abaixo, em qualquer caso não elidido ou contestado de boa fé pela Emissora ou Fiadora, conforme o caso, dentro do prazo legal, ocasionando a suspensão do respectivo pedido, em até 30 (trinta) dias do referido pedido;
- d. término antecipado, por qualquer motivo, da Autorização ANEEL nº 553, concedida à Emissora pelo Poder Concedente (União Federal) em 15 de dezembro de 2000, relativa ao serviço público de produtor independente de energia elétrica, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal término antecipado, a Emissora comprove a existência de provimento administrativo ou jurisdicional autorizando a regular continuidade de suas atividades até a obtenção da referida autorização;
- e. declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais em valor (i) individual superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Emissora e (ii) individual superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e agregado superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) para a Fiadora, corrigidos a cada 12 (doze) meses contados da Data de Emissão conforme cláusula 6.5. abaixo, ou seu equivalente em outra moeda;
- f. inadimplemento, pela Emissora e/ou Fiadora, de quaisquer obrigações pecuniárias que não as previstas no item "e" acima, em valor igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), corrigidos a cada 12 (doze) meses contados da Data de Emissão conforme cláusula 6.5. abaixo, ou o seu equivalente em outras moedas, que não seja sanado: (a) no prazo de cura



específico do referido contrato, caso haja, ou (b) em não havendo prazo de cura específico, no prazo máximo de 22 (vinte e dois) Dias Úteis da data em que tal obrigação de pagamento tornou-se inadimplida;

- g. protesto(s) de títulos cujo valor individual ou agregado não pago que ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a Emissora ou R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Fiadora, corrigidos a cada 12 (doze) meses contados da Data de Emissão conforme cláusula 6.5. abaixo, salvo se, no prazo máximo de 7 (sete) Dias Úteis contado da ocorrência do referido protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) (i) foi(ram) efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros, (ii) foi(ram) cancelado(s), (iii) foi(ram) suspenso(s) ou, ainda, (iv) forem prestadas garantias em juízo;
- h. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- i. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária a que esteja sujeita nos termos desta Escritura, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de aviso enviado pelo Agente Fiduciário;
- j. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, excetuadas: (i) incorporações ou quaisquer formas de reorganizações societárias que envolvam os atuais acionistas diretos e indiretos integrantes do bloco de controle da Emissora; (ii) transação que contemple a fusão da Itapebi com a Emissora ou a incorporação da Itapebi pela Emissora, conforme o caso, desde que, em quaisquer das hipóteses (i) e (ii) acima, não ocorra redução das classificações de risco (*rating*) da Neoenergia e/ou da Emissão imediatamente anteriores à data da referida transação; ou (iii) quando previamente aprovadas pelos Debenturistas, que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- k. (a) alteração do atual controle acionário indireto da Emissora, ou (b) se a Fiadora deixar de exercer o controle direto ou indireto da Emissora, em qualquer caso dos itens (a) e (b) acima, sem aprovação prévia pelos debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das



Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- l. advento de alteração no objeto social da Emissora que comprovadamente descaracterize a atividade de geração de energia elétrica pela Emissora;
- m. resgate ou amortização de ações, realização de qualquer pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou de qualquer outra distribuição de lucros prevista estatutariamente, caso a Emissora e/ou a Fiadora estejam em mora com o pagamento de qualquer obrigação pecuniária na forma prevista nesta Escritura;
- n. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou a Fiadora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) corrigidos a cada 12 (doze) meses contados da Data de Emissão conforme cláusula 6.5. abaixo, ou seu equivalente em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias da data estipulada para pagamento, exceto se comprovada a concessão de pedido cautelar em ação rescisória ou de outro recurso com efeito suspensivo e infringente;
- o. não observância pela Fiadora dos limites dos índices financeiros de "Dívida Líquida/EBITDA" que não poderá ser superior a 4,00 (quatro inteiros); e de "EBITDA/Resultado Financeiro" que não poderá ser inferior a 2,00 (dois inteiros), a serem apurados ao final de cada trimestre fiscal, sendo a primeira verificação referente ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2013:

Para fins do disposto na alínea "o" acima, serão considerados os demonstrativos financeiros consolidados da Fiadora, conforme aplicável, onde:

"Dívida Líquida" significa o endividamento oneroso total da Fiadora, conforme o caso, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, incluindo as aplicações dadas em garantia aos financiamentos e títulos e valores mobiliários;

"EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) significa o lucro da Fiadora antes de Resultado Financeiro, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses; e





"Resultado Financeiro" significa a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras da Fiadora ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado "1" (um).

6.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (h) e (j) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos seus respectivos Debenturistas ou de notificação prévia da Emissora. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item 6.1, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

6.3. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e *quorum* previsto na Cláusula 9.7 desta Escritura, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou, em segunda convocação, se houver, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.2 acima por falta de *quorum*, ou (ii) de não ser aprovado a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures em segunda Assembleia Geral de Debenturistas, por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou, em segunda convocação, se houver, nos termos da Cláusula 6.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures de todas as séries.

6.4.1. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação da respectiva série, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação, por escrito, enviada pelo Agente Fiduciário na mesma data em que for



realizada a Assembleia Geral de Debenturistas aprovando a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Os Encargos Moratórios incidirão desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

6.4.2. Em caso de pagamento decorrente do vencimento antecipado, a CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

6.5. Correção de Valores. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula 6.1 acima, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período, escolhido de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas.

## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

7.1. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições da Emissora e da Fiadora:

- a. contratar a Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's ("Agência de Rating") para atribuir classificação de risco às Debêntures, obrigando-se a: (i) manter a Agência de *Rating* contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures para que esta mantenha atualizada a classificação de risco que venha a ser atribuída às Debêntures, (ii) prestar todas as informações e enviar todos os documentos pertinentes solicitados pela Agência de *Rating*, (iii) permitir que a Agência de *Rating* divulgue relatório ou súmula de classificação de risco das Debêntures e suas respectivas atualizações para os Debenturistas e o Agente Fiduciário ("Relatório de Rating"), observado que (A) a Agência de *Rating* deverá emitir os Relatórios de *Rating* anualmente, podendo o Agente Fiduciário solicitar Relatório de *Rating* atualizado em período inferior, mediante solicitação dos Debenturistas, e (B) os valores devidos à Agência de *Rating* para os fins aqui previstos deverão ser pagos pela Emissora, e (iv) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de *Rating* no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora;
- b. encaminhar ao Agente Fiduciário:
  - (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos



auditores independentes, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, contendo ainda, no caso da Fiadora, demonstrativo de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos limites estabelecidos na Cláusula 6.1, letra "o" desta Escritura, a ser realizado pela Emissora com base nas demonstrações financeiras auditadas ou informações trimestrais revisadas da Fiadora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos índices financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou à Fiadora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

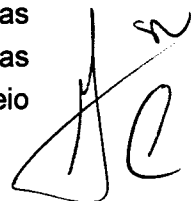
- (ii) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia de suas informações financeiras trimestrais, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM nº 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM e aplicáveis à Emissora, bem como, no caso da Fiadora, o demonstrativo de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos limites estabelecidos na Cláusula 6.1, letra "o" desta Escritura, a ser realizado pela Emissora com base nas demonstrações financeiras auditadas ou informações trimestrais revisadas da Fiadora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos índices financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou à Fiadora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), nos prazos ali previstos;
- (iv) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 5.26;
- (v) em até 01 (um) Dia Útil após a sua publicação, qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358");



- (vi) em até 20 (vinte) Dias Úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
  - (vii) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 6, em até 01 (um) Dia Útil após a sua ocorrência; e
  - (viii) informações sobre alterações estatutárias ocorridas que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão dentro de, no máximo, 30 (trinta) Dias Úteis após as referidas alterações.
- c. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas normas editadas pela CVM, inclusive pela Instrução CVM nº 480, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
  - d. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
  - e. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, mas não se limitando ao Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a Agência de Rating, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (MDA e CETIP21);
  - f. cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 4 acima;
  - g. convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
  - h. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
  - i. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos Debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;



- j. manter em adequado funcionamento o atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- k. atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- l. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- m. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- n. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria externa, por auditor independente registrado na CVM;
- o. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- p. fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- q. manter os documentos mencionados no item (l) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- r. notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis da data da respectiva ocorrência, sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora, (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) cause alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura;
- s. cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas e reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio



ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e

- t. observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- u. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
- v. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável; e
- w. enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea "m" da Cláusula 8.4. referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea "n" da Cláusula 8.4. abaixo.

7.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.1. acima, a Emissora se compromete a depositar na conta n.º 72577-3, agência 0895, de titularidade da Emissora junto ao Escriturador Mandatário, banco n.º 237 ("Conta Debêntures Emissora"), até o 1º (primeiro) Dia Útil que anteceder cada Data de Amortização das Debêntures e/ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme aplicável, o montante correspondente à totalidade dos valores a serem pagos pela Emissora aos Debenturistas em tal Data de Amortização das Debêntures e/ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, nos termos desta Escritura.

7.3. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições da Fiadora, caso a Emissora não cumpra com a obrigação prevista na Cláusula 7.2. acima, independentemente de comunicação por parte da Emissora, depositar na Conta Debêntures Emissora, até as 10:30h da Data de Amortização das Debêntures e/ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme aplicável, o montante correspondente à totalidade dos valores a serem pagos pela Emissora aos Debenturistas em tal Data de Amortização das Debêntures e/ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, nos termos desta Escritura.

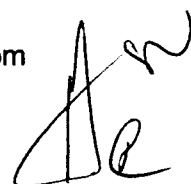


8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, para Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

8.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas e diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- g. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- h. ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;




- i. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- j. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- k. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- l. que a garantia fidejussória restará plenamente constituída, exequível e oponível perante terceiros mediante a assinatura da presente Escritura e seu registro previsto na cláusula 2.1.3 acima; e
- m. na data de assinatura da presente Escritura, inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário.

8.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.4.

8.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

8.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos





previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na JUCERJA.

8.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.



8.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula 5.26.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM 28.

8.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- c. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- d. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- e. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

5



- f. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- g. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- i. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- j. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- k. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 5.26, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- l. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m. elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - m.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;

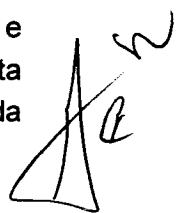


- m.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - m.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - m.5. resgate, amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - m.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - m.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - m.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - m.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário; e
  - m.10. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
- n. disponibilizar o relatório de que trata a alínea "m" aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- n.1. na sede da Emissora;
  - n.2. no seu escritório;
  - n.3. na sede da CVM;
  - n.4. na sede da CETIP; e
  - n.5. na sede do Coordenador Líder;
- o. publicar, às expensas da Emissora, na forma da Cláusula 5.26, anúncio comunicando aos Debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "n";



- p. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- q. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer;
- r. notificar os Debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado ou esteja tomando para acautelar e proteger os interesses dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - r.1. à CVM;
  - r.2. à CETIP.
- s. disponibilizar o Valor Unitário das Debêntures calculado pela Emissora diariamente aos Debenturistas e aos participantes do mercado por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- t. acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;
- u. caso tome conhecimento, notificar a Emissora do descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, em até 1 (um) Dia Útil; e
- v. coordenar sorteios realizados nos termos desta Escritura nos casos de Resgate Antecipado parcial.

8.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e a Fiadora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da



Emissora ou da Fiadora, no caso da fiança, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 6:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- c. requerer a falência da Emissora e/ou da Fiadora, nos termos da lei brasileira; e
- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Emissora.

8.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b", e "c" da Cláusula anterior, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação. Para a hipótese prevista na alínea "d", da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

8.5.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

Handwritten signature and initials.



8.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma: parcelas anuais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido 30 (trinta) dias após a data de assinatura da presente Escritura, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;

- a. as parcelas referentes à Cláusula 8.6 serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;
- b. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2,0% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- c. as remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- d. o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos, sendo que despesas em



valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) devem ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

8.7.1. O ressarcimento a que se refere a Cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega, à Emissora, de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

8.7.2. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da presente operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora nos termos supracitados.

8.7.3. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos Debenturistas desta Emissão, bem como o pagamento, pelos Debenturistas, da remuneração a que se refere a Cláusula 8.6 acima, caso inadimplida, deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM nº 28, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas da presente Emissão para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os Debenturistas



então impedidos por lei de efetuar tais antecipações reembolsar os demais Debenturistas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

8.7.5. As despesas a que se refere a Cláusula 8.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação, alimentação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## 9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.2. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que:

- (i) quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries; e
- (ii) quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série ou os Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, poderão,





a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, que se realizará em separado, computando-se em separado o respectivo *quorum* de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso.

9.3. Para os fins da presente Escritura, o assunto a ser deliberado pelos Debenturistas será considerado específico a determinada Série as hipóteses previstas nos itens 5.15.4., 5.16.1.3. e, 5.16.2.3. acima, e sempre que se referir a alterações (i) da Remuneração aplicável; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura relativos à respectiva série; e/ou (iii) do prazo de vigência das Debêntures da respectiva série.

9.4. Os procedimentos previstos neste item 9.2. serão aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas de todas as séries e às assembleias de Debenturistas da 1ª Série, às Assembleias Geral de Debenturistas da 2ª Série ou às Assembleias Geral de Debenturistas da 3ª Série, conforme o caso, e o *quorum* aqui previsto deverá ser calculado levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as séries ou o total de Debêntures de cada uma das séries, conforme o caso.

9.5. Convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série ou pela CVM.

9.5.1. A Assembleia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da segunda convocação.

9.5.2. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.6. Quorum de Instalação. A Assembleia Geral de Debenturistas de cada série de Debêntures instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.7. Mesa Diretora. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá a um representante dos Debenturistas da respectiva série ou àquele que for designado pela CVM ou pelos Debenturistas da respectiva série.



9.8. Quorum de Deliberação. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva série, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da respectiva série, observado o disposto na Cláusula 9.3. acima, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

9.8.1. As deliberações que digam respeito à modificação (i) da Data de Vencimento das Debêntures; (ii) das condições de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures; (iii) da Remuneração; (iv) das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 6.1. acima; (v) das garantias; ou (vi) de qualquer um dos *quorums* de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura, deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento), das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 9.3. acima, na forma do disposto no artigo 71, §5º, da Lei das Sociedades por Ações. O *quorum* previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures não guarda qualquer relação com o *quorum* para a não declaração de vencimento antecipado estabelecida na Cláusula 6.1. acima.

9.8.1.1. Não obstante os quóruns específicos previstos no item 9.8.1. acima, as deliberações que digam respeito à renúncia ou perdão temporário (pedido de *waiver*), conforme previstas na Cláusula 6.1. acima, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

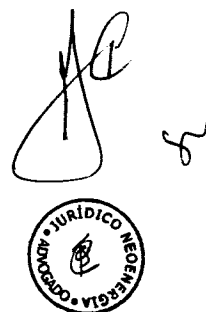
9.8.2. Não estão incluídos no *quorum* a que se refere o item 9.8.1. acima os *quoruns* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

9.8.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas de cada uma das séries, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.8.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.8.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA



A handwritten signature is present next to a circular stamp. The stamp contains the text "JURÍDICO" at the top and "EMPRESA" at the bottom, with a central emblem.

10.1. A Emissora e a Fiadora declaram e garantem, individualmente e em relação a si própria, ao Agente Fiduciário, na data de assinatura desta Escritura, que:

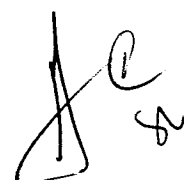
- a. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- c. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a prestar a Fiança, conforme o caso, e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d. a celebração desta Escritura, a prestação da Fiança, conforme o caso, e o cumprimento de suas obrigações nela previstas (i) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pela Fiadora; (ii) não infringem qualquer disposição legal; (iii) não resultam na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e da Fiadora, (iv) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; e (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e. esta Escritura e a Fiança, conforme o caso, constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora e da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- f. as informações constantes do Formulário de Referência da Emissora e da Fiadora, bem como aquelas incluídas no material de divulgação da Oferta, conforme aplicável, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;



- g. tem todas as autorizações e licenças relevantes (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- h. está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- i. não tem conhecimento, até esta data, da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou à Fiadora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora e pela Fiadora à CVM e ao mercado;
- j. não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Emissora e da Fiadora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- k. exceto por determinadas obrigações que estão sendo questionadas pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa e judicial, e cujo descumprimento não causa um efeito adverso relevante, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um efeito adverso relevante; e
- l. que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi estabelecida por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé, estando a Fiadora de acordo.

10.2. A Emissora e a Fiadora, assim que tomar ciência do fato, obriga-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10.1 acima torne-se falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente na data em que foi prestada.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS



11.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

11.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Despesas. Correrão por conta da Emissora todos os custos razoáveis e devidamente comprovados, incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Agente Liquidante, do Escriturador Mandatário e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, inclusive para a cobrança do crédito e das demais obrigações previstos nesta Escritura ("Despesas").

11.4. Independência das Cláusulas. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.5. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

11.6. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.7. Foro. Fica eleito o Foro central da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2013.



*Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Termopernambuco S.A., celebrado em 07 de novembro de 2013 entre Termopernambuco S.A., Neoenergia S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.- Página de Assinaturas 1/4.*

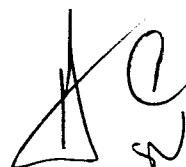
TERMOERNAMBUCO S.A.



*Solange Pinto Ribeiro*

Nome: SOLANGE PINTO RIBEIRO  
Diretora de Regulação  
Cargo:

Nome:  ERIK D.R.  
Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores  
Cargo:



*Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Termopernambuco S.A., celebrado em 07 de novembro de 2013 entre Termopernambuco S.A., Neoenergia S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.- Página de Assinaturas 2/4.*

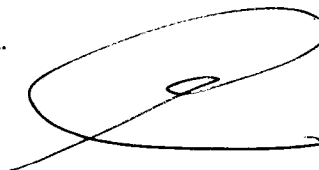
NEOENERGIA S.A.

Solange Pinto Ribeiro.

Nome:

Cargo:

Solange Ribeiro  
Diretora Presidente e de Regulação



Nome:

Cargo:



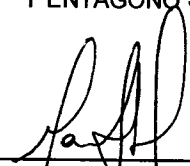
ERIK BREYES  
Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores





*Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Termopernambuco S.A., celebrado em 07 de novembro de 2013 entre Termopernambuco S.A., Neoenergia S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.- Página de Assinaturas 3/4.*

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

  
\_\_\_\_\_

Nome: Marco Aurélio Machado Ferreira  
Diretor

Cargo:



*Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública, da Termopernambuco S.A., celebrado em 07 de novembro de 2013 entre Termopernambuco S.A., Neoenergia S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.- Página de Assinaturas 4/4.*

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

RG nº:

RG nº:

